O GLOBO
Publicado em 30/07/2022 - 05:57

Partidos investem mais na eleição de deputados

ELEIÇÕES 2022

Partidos investem mais na eleição de deputados

Maioria das siglas vai priorizar as campanhas proporcionais na distribuição do fundo de R$ 4,9 bi. Desempenho na disputa pela Câmara define quanto cada legenda receberá de recursos públicos nos próximos quatro anos

MARIANA MUNIZ, CAMILA ZARUR, ANDRÉ DE SOUZA E BRUNO GÓES
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A maioria dos partidos decidiu priorizar a campanha de deputados na distribuição do Fundo Eleitoral, que este ano conta com R$ 4,9 bilhões. O desempenho na disputa pela Câmara define quanto cada sigla receberá de recursos públicos nos próximos quatro anos. Alguns partidos como MDB e PP reservaram ainda uma cota maior para os deputados que disputam a reeleição — e que aprovaram a triplicação do montante destinado às eleições deste ano.

Das 31 legendas que receberão recursos do fundo eleitoral, ao menos 16 já aprovaram ou devem aprovar resoluções em que estabelecem as candidaturas proporcionais como prioridade. Em alguns casos, como no Republicanos, até 95% do dinheiro será destinado para as disputas no Legislativo.

Apenas o PT, do ex-presidente Lula, e o PDT, de Ciro Gomes, instituíram a corrida pelo Palácio do Planalto e por governos locais como foco principal dos gastos. O PL, do presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, deixou a decisão de quais candidatos devem ou não receber ao comando da sigla.

Além de tentar garantir uma boa fatia de recursos de fundos partidário e eleitoral nos próximos quatro anos, a estratégia de priorizar as campanhas de deputado federal tem objetivos distintos. Nas siglas maiores, eleger uma bancada numerosa é considerado fundamental para que possam continuar a dar as cartas no Congresso, independentemente de quem ocupar o Palácio do Planalto a partir de 2023.

Enquanto isso, nas legendas menores, investir na eleição para o Congresso é questão de sobrevivência. O objetivo é superar a cláusula de barreira, regra que as deixa sem recursos públicos caso não atinjam um patamar mínimo de votos para a Câmara.

A DIVISÃO DOS RECURSOS

Dos 31 partidos que receberão dinheiro do fundo eleitoral, ao menos 16 decidiram que vão priorizar a eleição de deputados (Valores em R$)

		DESTINADO AOS CANDIDATOS A DEPUTADO	DESTINADO A CANDIDATOS A OUTROS CARGOS
PARTIDOS QUE VÃO PRIORIZAR CANDIDATOS A DEPUTADO	União Brasil: 782,5 milhões	federal, estadual e distrital: 65%	Presidente, governador e senador: 35%
	MDB: 363 milhões	federais candidatos à reeleição: 25%	
	PSD: 349,9 milhões	federal, estadual e distrital: até 72%	Senador e governador: até 28%
	PP: 344,8 milhões	federal candidato à reeleição: 41%	Governador: 3,4% Vice-governador: 0,87%
	PSDB: 320 milhões	federais e estaduais: mín. de 57,5%	Governador e senador: até 40%
	Republicanos: 242 milhões	federal e estadual: até 95%	Senador e governador: até 20%
	PSB: 113 milhões	federais, estaduais e distritais: 80%	Vice-pres., governador, vice-gov. e senador: 20%
	Solidariedade: 268,9 milhões	federal: entre 20% e 80% estadual ou distrital: entre 10% e 50%	Senador: até 20% Governador: até 20%
	PROS: 91 milhões	federal: 68%	Governador e vice: 8% Senador e suplente: 10% Presidente e vice: 11% Diretório nacional: 3%
PARTIDOS QUE VÃO PRIORIZAR CANDIDATOS AO EXECUTIVO	PT: 503 milhões	federais*: 29% estaduais*: 2%	Presidente: 26% Governadores*: 8% Senadores*: 2%
	PDT: 253 milhões	federais, estaduais e distritais: 30%	Presidente, governador e senador: 40%
SEM CRITÉRIOS DE DIVISÃO POR CARGOS	PL: 288,5 milhões		A critério da direção nacional: 30% Serão enviados aos estados: 70%

OBS: Os demais partidos não informaram os critérios. O Novo abriu mão de receber recursos do Fundo Eleitoral.

*sem contar mulheres

Editoria de Arte

RETALIAÇÃO

Presidente do PP, Claudio Cajado (BA) diz que, apesar de ser um dos principais aliados no projeto de reeleição de Bolsonaro, a prioridade da legenda é o Congresso. A resolução do partido que estabeleceu a divisão de recursos, no último dia 22, não prevê repassar nem um real para a campanha presidencial. Ainda definiu que seus parlamentares que forem tentar a reeleição terão de R$ 2,5 milhões a R$ 3,5 milhões para financiar suas campanhas e, caso não entrem na disputa, podem indicar outro candidato para receber sua cota. O partido hoje tem a segunda maior bancada na Câmara, com 57 deputados, e a terceira do Senado, com 8. Com isso, mais de 40% dos R$ 344,8 milhões que o partido receberá já estão reservados, sem contar o que será enviado a candidatos sem mandato.

O PP ainda incluiu na resolução um desconto no repasse a deputados que votaram contra o aumento do fundo eleitoral, em dezembro do ano passado. Na lista de candidatos, apenas Afonso Hamm (RS) será punido e receberá menos que os colegas: R$ 1 milhão.

— Nós da Executiva achamos que, se votou contra, não tem direito a tudo. Temos o caso do Afonso. Ele argumentou que não votou contra o fundo, mas contra o aumento do fundo. Então, ficará com 40% do disponível — diz Cajado.

O Podemos prevê punição a infiéis, garantindo um repasse mínimo de R$ 300 mil apenas a deputados que seguiram totalmente as orientações de voto do partido no Congresso.

Pelas regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos precisam destinar 30% do seu fundo eleitoral para candidaturas de mulheres. No Solidariedade, o presidente da legenda, deputado Paulinho da Força (SP), afirma que parte dessa cota deve ficar com a deputada Marília Arraes, que disputa o governo de Pernambuco. Em contrapartida, a resolução aprovada pelo partido aponta que até 80% dos recursos restantes podem ser alocados nas campanhas de deputados e deputadas da sigla.

A estratégia será a mesma usada pelo MDB, que nesta semana confirmou a senadora Simone Tebet (MS) como candidata a presidente. A sigla não estabeleceu quanto repassará a ela, que deverá receber parte da cota feminina, mas definiu que cada deputado e senador da sigla que entrar na disputa terão de R$ 2,5 milhões a R$ 3 milhões para fazer campanha.

— As candidaturas para deputado federal acabam valendo mais, porque é o que define os valores do fundo (eleitoral) — diz o senador Marcelo Castro (MDB-PI), tesoureiro do partido. — No nosso caso, a gente também acaba sendo beneficiado por termos uma candidata à Presidência mulher, já que podemos usar parte dos 30% destinados a candidaturas femininas para ela.

POLARIZAÇÃO

Pela primeira vez sem um candidato presidencial em mais de 20 anos de história, o PSDB mudou seu foco de investimentos para as disputas legislativas. O partido separou um mínimo de 57,5% do fundo eleitoral para as candidaturas à Câmara e assembleias, percentual bem acima dos 23% que havia reservado em 2018.

Para o advogado especialista em direito eleitoral Luiz Eduardo Peccinin, com a polarização das eleições presidenciais, é natural que a maioria dos partidos sem candidato próprio ao Planalto ou aos governos estaduais prefira priorizar a formação de bancadas parlamentares consistentes para a próxima legislatura e reforçar os palanques estaduais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.